

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
EMBRAPA
Agrobiologia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA
ORGÂNICA - PPGA O

DISSERTAÇÃO

**Estratégias de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar:
estudo de caso no distrito de Cocais, município de
Barão de Cocais (MG).**

Rejane Beatriz Mendes

Seropédica

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA –
PPGAO



**ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE
CASO NO DISTRITO DE COCAIS, MUNICÍPIO DE
BARÃO DE COCAIS (MG).**

REJANE BEATRIZ MENDES

Sob a orientação do professor Dr.
Renato Linhares de Assis

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de **Mestre
em Ciências**, no Curso de Pós-
Graduação em Agricultura Orgânica.

Seropédica, RJ
Fevereiro de 2016

631.584098151

M538e

T

Mendes, Rejane Beatriz, 1969-

Estratégias de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar: estudo de caso no Distrito de Cocais, Município de Barão de Cocais(MG) - 2016.
51 f.

Orientador: Renato Linhares de Assis.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica - PPGAO.

Bibliografia: f. 34-36.

1. Agricultura orgânica - Barão de Cocais(MG) - Teses. 2. Ecologia agrícola - Teses. 3. Agricultura familiar - Teses. 4. Política pública - Teses. I. Assis, Renato Linhares de, 1963-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica - PPGAO. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA

REJANE BEATRIZ MENDES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/02/2016

Dr. Renato Linhares de Assis - Embrapa Agrobiologia
(Orientador)

Dr. José Antônio Azevedo Espindola - Embrapa Agrobiologia

Dr. Leonardo Ciuffo Faver – Emater – Rio

DEDICATÓRIA

À minha amada mãe, que me ensinou a não desistir nunca, ao meu marido que não me deixou desistir, e aos meus filhos por serem a razão de tudo.

À agricultora familiar Dona Palmira (in memoriam)
pela força e ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida.

A minha mãe, minha maior incentivadora.

Ao meu pai, pelo exemplo de dignidade e honestidade.

Aos meus filhos, por serem o melhor de mim e a razão da minha vida.

Ao meu marido, por acreditar, e por me apoiar sempre.

Aos meus irmãos e sobrinhos, pelo carinho e incentivo.

Ao meu orientador, professor Dr. Renato Linhares de Assis, pela parceria e apoio nessa etapa.

Aos professores do PPGAO, pelo entusiasmo contagiante e por mostrar novas possibilidades de interagir com a agricultura e seus atores.

Aos funcionários do PPGAO e da Fazendinha Agroecológica Km 47, pelo apoio.

Aos colegas da turma 04 – PPGAO, pelo companheirismo, pela amizade e pelas muitas risadas.

Ao colega e gerente da EMATER-MG, Deonir Dall Pai, pelo apoio e compreensão.

A diretoria da EMATER-MG, por reconhecer a importância da formação continuada.

Aos agricultores familiares do distrito de Barão de Cocais, pela disponibilidade e contribuição a este trabalho.

A todos que, direta ou indiretamente, me ajudaram nesse trabalho.

BIOGRAFIA

Natural de Belo Horizonte (MG), nascida em 24 de outubro de 1969. Graduada em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal de Viçosa - UFV (1996), e em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA (2009). Com aperfeiçoamento em Agroecologia, pela REDCAPA (2007), e especialização em Uso Racional dos Recursos Naturais e seus Reflexos no Meio Ambiente pela Universidade Federal de Viçosa - UFV (2003), e em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - UnB (2006). Desde 1997, atua como extensionista agropecuário da EMATER-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. Têm experiência na área de agronomia, com ênfase em extensão rural, comunidades tradicionais: indígenas e quilombolas, projetos comunitários e participativos. Trabalhou por 6 anos no escritório local de Barão de Cocais, e atualmente está na Coordenação Técnica Estadual de Agroecologia da EMATER-MG.

RESUMO

MENDES, Rejane Beatriz. **Estratégias de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar**: estudo de caso no distrito de Cocais, município de Barão de Cocais (MG). 51 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

O presente estudo visa analisar como as políticas públicas para o meio rural podem contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar. Isso é feito com base em estudo de caso no distrito de Cocais, município de Barão de Cocais (MG). A pesquisa busca entender a relação dos agricultores familiares e sua forma de trabalho e produção, considerando as políticas públicas para o setor rural, frente à realidade vivida pelos agricultores familiares do distrito em questão, que está inserido num contexto de pressão e disputa de mão de obra com a atividade da mineração, principal atividade econômica do município. Para isso, foi utilizada como metodologia análise documental e revisão bibliográfica acerca do histórico do distrito de Cocais, e entrevista com base em roteiro aberto, aplicada a 20 famílias de agricultores do distrito atendidos pelos técnicos da EMATER-MG. Foram levantados dados como tamanho da propriedade, idade, grau de escolaridade, produção, renda, políticas públicas conhecidas e acessadas, e práticas agroecológicas, canais de comercialização. Verificou-se que o tamanho das propriedades enquadra os agricultores nos critérios do PRONAF, que práticas agroecológicas são utilizadas nas unidades produtivas. O trabalho revelou que os agricultores do distrito de Cocais têm acessado diversas políticas públicas (PRONAF, LUZ PARA TODOS, PAA, PNAE, PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, ATER) para o meio rural. Além disso, foram identificadas outras atividades não agrícolas com potencial para serem desenvolvidas na região, indicando a importância da pluriatividade para a promoção de ações de desenvolvimento local. Constatou-se ainda o envelhecimento da população e a diminuição da mão de obra masculina no campo. Os agricultores familiares, mesmo sofrendo com a pressão da atividade mineraria, têm investido na produção, acessado novos canais de comercialização, como feiras livres, exposições e mercados institucionais (PAA, PNAE), gerado novas ocupações e renda. Essa inserção em novos mercados tem possibilitado ainda o retorno de pessoas para atividade agrícola, bem como a melhoria na qualidade de vida no meio rural, confirmando o importante papel das políticas públicas no fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: agroecologia; mercados institucionais; pluriatividade.

ABSTRACT

MENDES, Rejane Beatriz. **Public policy strategies for strengthening of family agriculture:** a case study in Cocais district in the city of Barão de Cocais (MG). 51 f. Dissertation (Masters of Science in Organic Agriculture). Agronomy Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

This study aims to examine how public policies for rural areas may contribute to the strengthening of family farming. It is based on case study in Cocais, a district in the city of Barão de Cocais (MG). The research seeks to understand the relationship of family farmers and their strategies of work and production, considering public policies for the rural sector, face the reality experienced by the families farmers of the district in question. The district is housed in a pressure environment and labor dispute with the mining sector, the main economic activity of the municipality. It was used documentary analysis methodology and literature review about the history of Cocais district, and interviews based on open guide, applied to 20 families of farmers in the district attended by technicians of EMATER-MG. Data were collected in relation to property size, age, level of education, production, income, known and accessed public policy, and agroecological practices, marketing channels. The obtained results indicated that the size of the properties allowed farmers to PRONAF access, using agroecological practices in the production units. The study revealed that farmers in the district have accessed various public policies (PRONAF, LIGHT FOR ALL, PAA, PNAE, FAMILY HEALTH PROGRAM, ATER) for rural areas. In addition, it was identified other non-agricultural activities with potential to be developed in the region, indicating the importance of pluriactivity to promote local development actions. It was also found an aging population and declining male labor in the field. Family farmers suffering even with the pressure of mining activity, have invested in production, accessed new marketing channels, such as fairs, exhibitions and institutional markets (PAA, PNAE), generating new jobs and income. This entry into new markets has also allowed the return of people to farming, as well as improving the quality of life in rural areas, confirming the important role of public policy in strengthening family farming.

Key words: agroecology; institutional markets; pluriactivity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A Estrada Real e seus vários caminhos.	18
Figura 2. Espaços regionais de Minas Gerais no século XVIII.	20
Figura 3. Mesorregiões do Estado de Minas Gerais.	21
Figura 4. Microrregiões do Estado de Minas Gerais.	22
Figura 5. Tamanho das propriedades no distrito de Cocais – Barão de Cocais (MG).	25
Figura 6. Políticas públicas mais acessadas pelos agricultores familiares entrevistados no distrito de Cocais – Barão de Cocais (MG).	26
Figura 7. Práticas agroecológicas utilizadas pelos agricultores familiares entrevistados no distrito de Cocais – Barão de Cocais (MG).	28
Figura 8. Aspectos facilitadores identificados pelos agricultores familiares entrevistados no distrito de Cocais – Barão de Cocais (MG).	31

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1. Número de unidades de produção que obtiveram crédito agrícola no Brasil no ano de 2006, de acordo com a forma de organização social do trabalho.	8
Quadro 1. Dados demográficos e territoriais do município de Barão de Cocais (MG).	22
Tabela 2. População do distrito de Cocais, Barão de Cocais (MG), de acordo com a faixa etária.	29

LISTA DE ABREVIACÕES, SIGLAS OU SÍMBOLOS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ACARES	Associações de Crédito e Assistência Rural
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ASBRAER	Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPAM	Conselho de Política Ambiental
DAP	Declaração de Aptidão
EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LPT	Luz Para Todos
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MSF	Minas Sem Fome
PAA	Programa Aquisição de Alimentos
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PPGAO	Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura e na Reforma Agrária
PSF	Programa de Saúde da Família
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFV	Universidade Federal de Viçosa
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UnB	Universidade de Brasília
ZEE/MG	Zoneamento Ecológico Econômico de Minas Gerais

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	1
2.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	3
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR	3
2.2	PRÁTICAS DE BASES AGROECOLÓGICAS	5
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS	6
2.3.1	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF	7
2.3.2	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA	9
2.3.3	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE	10
2.3.4	POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA – PNATER	11
2.3.5	POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA – PNAPO	13
3.	METODOLOGIA	15
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
4.1	HISTÓRICO DE BARÃO DE COCAIS	17
4.1.1	O DISTRITO DE COCAIS	21
4.1.2	ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO NO DISTRITO DE COCAIS, MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS (MG)	24
5.	CONCLUSÕES	32
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
	ANEXO - Roteiro de entrevistas aplicadas aos agricultores familiares do distrito de Cocais, município de Barão de Cocais (MG).	37

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, recém descoberto pelos portugueses, as primeiras atividades foram extrativistas, e uma das mais importante delas foi sem dúvida a mineração. A partir do século XVI, expedições portuguesas partiam da Bahia para o interior do país, com o objetivo de encontrar minas de prata. No século seguinte, Fernão Dias foi de São Paulo a Sabará, em busca de prata e esmeraldas. Já no final do século XVII, foram encontradas as minas de ouro na região da atual Minas Gerais. A atividade de mineração viria a crescer e ser ainda mais valorizada na segunda década do século XVIII, quando foram descobertas as minas de diamante. A partir de então, a mineração passou a ser a atividade econômica mais importante da colônia.

Desta forma, o início da ocupação das terras em Minas Gerais, o início da ocupação de suas terras no século XVIII, aconteceu devido à mineração, seguida da agricultura. A mineração é uma atividade tão importante que deu nome ao estado, e a população desenvolveu uma relação muito próxima à atividade mineraria, e em algumas regiões, a mineração é atividade fundamental e dela se originam tantas outras atividades complementares. A mineração, hoje, se apresenta como fonte importante de divisas para o estado, sendo uma atividade que atrai trabalhadores de diversas áreas, inclusive da agricultura familiar.

Conforme afirma Martins (1993), a ocupação do território de Minas Gerais aconteceu em conformidade com a dinâmica do complexo mineração-agricultura de abastecimento. Sendo que a expansão das áreas de mineração promoveu, ao seu redor, o crescimento de fazendas e roças, as quais empregavam muita mão de obra, e produziam alimentos para os vilarejos e povoados.

Cocais, distrito de Barão de Cocais, localizado na região central do estado, teve a sua origem nos áureos tempos da mineração em Minas Gerais, atividade que se estabeleceu no local desde então apoiada por uma agricultura de abastecimento. Hoje, ainda são desenvolvidas localmente as duas atividades, que às vezes se complementam e outras vezes competem entre si pela mão de obra.

Os agricultores familiares da região têm acessado as políticas públicas criadas para fortalecer a agricultura familiar. Essas políticas têm estimulado investimentos na produção,

elevado a renda dos agricultores e de todas as pessoas envolvidas na atividade rural, bem como promovido mais qualidade de vida no meio rural.

Neste trabalho, discutiremos como as políticas públicas para o meio rural podem contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar, especificamente na região do distrito de Cocais, município de Barão de Cocais (MG).

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, agricultura familiar é aquela em que os trabalhos em nível de unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo ela as iniciativas, o domínio e o controle do que produzir, havendo relação estreita entre o que é produzido e o que é consumido – unidade de produção e consumo. Mantendo alto grau de diversificação produtiva, apresenta alguns produtos relacionados com o mercado.

Para Wanderley (1999), a agricultura familiar é ao mesmo tempo a atividade em que a família é proprietária dos meios de produção e da força de trabalho, e assume assim o controle da unidade de produção. Essa relação dos agricultores familiares com os meios de produção e a força de trabalho visa a garantia da sobrevivência da geração seguinte. Já na visão de Görgen (2004), agricultura familiar não é um jeito de produzir no campo, é um modo de vida, de cultura própria, de relação com a natureza. É uma forma de vida comunitária.

Görgen (2004) destaca ainda que a agricultura camponesa, já no seu nascedouro, combina seis características, diametralmente opostas à agricultura patronal:

- Pequenas áreas de terra;
- Produção de subsistência, para o autoconsumo familiar;
- Produção diversificada, policultivos, grande variedade de culturas agrícolas e grande variedade de criação de animais (pecuária);
- Trabalho familiar, utilização de mão de obra própria, autonomia da força de trabalho;
- Produção de significativo excedente voltado para o mercado interno, para as necessidades da população do país;
- Controle da tecnologia utilizada, desde a seleção e conservação das sementes e mudas, o conhecimento dos ciclos agrícolas, o controle das doenças, as aptidões do solo, as especificidades da natureza e dos microclimas, tecnologias industriais caseiras ou comunitárias dos embutidos às farinhas, construção dos próprios equipamentos, domínio de conhecimento em técnicas construtivas de casas, galpões, cercas, pontes pinguelas: tudo simples, mas eficaz e com controle dos próprios camponeses.

A agricultura familiar é a prática baseada na unidade familiar que integra a produção, o trabalho e o consumo. As atividades são realizadas predominantemente pelo agricultor e sua família. A família tem a iniciativa, a decisão e o controle do quê e de como produzir, definindo estratégias que assegurem a sua sobrevivência imediata e a garantia da reprodução das gerações futuras. De maneira geral, a produção é diversificada e integrada, apresentando combinação de atividade agrícola e não agrícolas, como a prestação de serviços, artesanato rural, turismo e agroindústria.

O fortalecimento da agricultura familiar se depara com o desafio de compatibilizar a organização da produção, a demanda do mercado consumidor, as tecnologias e a assistência técnica. A agricultura familiar é uma atividade essencial para o desenvolvimento rural, e foi definida assim na Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006¹:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatório do país, e tem papel decisivo na geração de ocupação, emprego e renda, o que influi diretamente na permanência do homem no campo.

No Censo Agropecuário (IBGE, 2006), foram identificados no Brasil 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área

¹ Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, representam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares é de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares.

A diversidade da produção na agricultura familiar é uma de suas características. No Brasil, são produzidos por este segmento 49% do milho, 84% da mandioca, 52% do leite, 67% do feijão, 59% dos suínos e 33% do café. O sistema produtivo da agricultura familiar tem papel importante na segurança alimentar e nutricional, produzindo alimentos básicos, promovendo a distribuição de renda, apresentando um modelo organizado de produção e trabalho.

Em 2006, o país passou a ter a Lei da Agricultura Familiar, Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006, definindo as diretrizes para a formulação da PNATER - Política Nacional da Agricultura Familiar e de Empreendimentos Familiares Rurais.

2.2 PRÁTICAS DE BASES AGROECOLÓGICAS

A agroecologia apresenta um enfoque científico que fornece as diretrizes conceituais e metodológicas para a orientação de processos voltados a uma agricultura baseada na relação entre os ecossistemas naturais e os agroecossistemas. Também visa à intensificação produtiva da agricultura familiar em bases sustentáveis, por meio da integração entre os saberes científicos e a sabedoria local popular.

Carvalho (2004) afirma que a aplicação das práticas agroecológicas implica na mediação entre os diversos saberes que superam a especialização. É preciso valorizar a interdisciplinaridade e as experiências significativas pessoais e institucionais, o que propicia a abertura de novos saberes, onde o conhecimento científico e a articulação dos saberes cria condições para a construção de mecanismos de coordenação mútua para compreensão de realidades complexas. Marcatto (2002) cita Pretty (1995), que sugere algo semelhante, quando afirma que o desenvolvimento de uma agricultura sustentável é um processo complexo e dinâmico, que envolve as perspectivas sociais, políticas, econômicas, culturais e

ecológicas, o que exige uma grande participação de atores, e interação dos conhecimentos vindos de várias fontes, locais, pessoas, instituições e sistema de produção.

A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre as plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes (ALTIERI, 2004), equilíbrio este que, conforme afirmam Toledo et al. (1985), citados por Altieri (2004), o conhecimento camponês administra através de estratégias produtivas multidimensionais de uso da terra, que criam, dentro de certos limites ecológicos e técnicos, a autossuficiência alimentar das comunidades em determinadas regiões.

Os agricultores familiares conservam a biodiversidade, utilizando vários microambientes, propiciando a reciclagem de nutrientes e a interação biológica, resultando em produção alimentar diversificada. Em síntese, usam o conhecimento acumulado sobre o meio ambiente para o desenvolvimento de uma agricultura racional onde a busca pelo equilíbrio é constante, de forma a garantir o uso eficiente dos recursos naturais e a reprodução do núcleo familiar e produtivo. O conhecimento dos agricultores sobre o meio ambiente, solos, planta e a relação entre processos agroecológicos dá suporte a construção de práticas para uma agricultura de base agroecológica.

As práticas de bases agroecológicas têm enfoque na manutenção da produtividade agrícola com o mínimo de impactos ambientais utilizando diferentes estratégias de desenvolvimento com retorno econômico, social e ambiental. Essas práticas possibilitam colheitas com boas produtividades, associadas à manutenção da fertilidade do solo e redução na dependência por insumos externos. Necessitam, porém, de mais conhecimentos sobre os recursos disponíveis e as relações bióticas e abióticas entre plantas, solos, água, e clima para a promoção de uma agricultura com bases agroecológicas.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

A palavra política é originária da palavra grega *politae*, e significa organização social, ou a maneira como a sociedade se organiza. Este conceito permite compreender que política influencia, e é influenciada pela forma como a sociedade se organiza ao longo do tempo. As políticas públicas são as diretrizes, princípios norteadores de ações do poder público com

regras e procedimentos para as relações entre este e a sociedade. São sistematizadas em leis e programas que orientam ações, normalmente, envolvendo aplicação de recursos públicos.

Segundo Bandeira (1999), qualquer proposta de política pública que visar ampliar o capital social, através de práticas participativas, terá de manter por um longo período o apoio institucional, a credibilidade e a sustentação política.

As políticas públicas para agricultura familiar são programas, planos, e ações que cabem aos governos realizarem para desenvolver a atividade agrícola, produção de alimentos, promoverem a distribuição de renda no campo, desenvolver o interior do país, e construir uma verdadeira democracia econômica, política e social.

2.3.1 PROGRAMA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

O Programa Nacional para Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF surgiu em 1996, e marcou um momento singular no processo de intervenção do governo na agricultura para reorientar estrategicamente as políticas públicas, de forma a incluir os agricultores familiares na busca do desenvolvimento rural brasileiro. O programa surgiu como resposta dos governantes à pressão popular e dos movimentos sociais, e tem sido considerado um instrumento de superação das desigualdades no campo por meio da democratização do acesso as fontes de financiamento da agricultura.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA coordena o programa com a finalidade de financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país.

O acesso ao programa inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Após a decisão do que financiar, a família deve procurar o sindicato rural ou a

instituição de ATER para obtenção da Declaração de Aptidão - DAP², que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito.

Para Abramovay (2000), o que mais chama a atenção é o impacto positivo alcançado por medidas recentes vindas do Governo, em geral por pressão de organizações da sociedade civil, e voltadas à redistribuição da terra, do crédito e, mais importante, do poder de decisão no meio rural. Quanto ao crédito, os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF têm chegado a populações que sequer se aproximavam das portas de uma agência bancária.

O Censo Agropecuário (IBGE,2006) pesquisou o acesso ao PRONAF pelos agricultores familiares, pela primeira vez, de acordo com a Tabela 1. Em 2006, foram 831 958 estabelecimentos - unidades familiares de produção, que obtiveram financiamento para investimento, custeio, comercialização e manutenção do estabelecimento. Os Planos Safras da agricultura familiar, desde então, vem apresentando um crescente aumento, tanto nos números de famílias beneficiadas, quanto no montante de recursos disponibilizados.

Tabela 1. Número de unidades de produção que obtiveram crédito agrícola no Brasil no ano de 2006, de acordo com a forma de organização social do trabalho.

	Estabelecimentos que obtiveram financiamento			
	Por finalidade			
	Investimento	Custeio	Comercialização	Manutenção do estabelecimento
Unidades familiares de produção – Lei nº11. 326 PRONAF	343 981	405 874	8 285	73 818
Unidades não familiares de produção	51 444	86 754	2 269	12 400
Total	395 425	492 628	10 554	86 218

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário-2006.

² Declaração de Aptidão é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF.

2.3.2 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA

Criado em 2003, e instituído pela Lei Nº 10.696, de 2 de julho de 2003³, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Desburocratizou o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar, dispensando as regras de licitação requeridas pela Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993⁴. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando a produção agroecológica e os processos de agregação de valor à produção.

Conforme Moreira et al. (2010), o PAA tem o papel fundamental de apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar, o abastecimento alimentar da rede pública de promoção e proteção social e, ainda, a estruturação de sistemas locais descentralizados de segurança alimentar e nutricional.

Conti, et al. (2010) descrevem a compra dos alimentos adquiridos da agricultura familiar, com apoio operacional de governos estaduais, municipais e da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Os alimentos seguem como doação para o abastecimento da Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição: restaurantes populares; bancos de alimentos e cozinhas comunitárias; rede de assistência social pública e privada; rede pública de ensino; e a composição de cestas de alimentos distribuídas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. São também destinados à formação de estoques governamentais que ajudam a regular o preço pago à agricultura familiar. Outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para formação de estoques próprios. Desta forma é possível comercializá-los no momento mais propício, em mercados públicos ou privado, permitindo maior agregação de valor aos produtos.

³ Lei Nº 10.696, de 2 de julho de 2003 - Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

⁴ Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

A compra é feita sem licitação, e cada agricultor familiar pode acessar até um limite anual por DAP, e os preços não devem ultrapassar o valor dos preços praticados nos mercados locais.

Há que se ressaltar, outros aspectos da integração das ações de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, que estão relacionadas ao PAA, como o resgate e preservação dos costumes, dos hábitos alimentares, das culturas regionais e da soberania de produção.

2.3.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, é um programa do Ministério da Educação – MEC, que garante, por meio da transferência de recursos financeiros do governo federal para os governos estaduais e municipais, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é estruturar um programa de alimentação escolar em todo o Brasil, e atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e bom rendimento escolar dos alunos, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Apesar de o PNAE ter sua origem na década de 1940, e da Constituição Federal assegurar o direito à alimentação escolar para todos os alunos do Ensino Fundamental, foi somente após a promulgação da Lei N°11.947, de 16 de junho de 2009⁵, que o programa teve maior visibilidade e amplitude, ao associar a aquisição de alimentos à produção da agricultura familiar. O programa prevê o uso de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional da Alimentação Escolar - FNDE para a alimentação escolar servida nas escolas da rede pública de ensino, na compra de alimentos da agricultura familiar, respeitando os hábitos alimentares regionais. Destacando ainda que, sempre que possível, devem priorizar a compra de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos. A lei foi regulamentada pelo Conselho

⁵Lei N°11.947, de 16 de junho de 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

Deliberativo – CD, por meio da Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009⁶. Atualmente, a Resolução/CD/FNDE Nº 4, de 2 abril de 2015⁷ descreve os procedimentos operacionais que devem ser observados para venda dos produtos oriundos da agricultura familiar às Entidades Executoras do PNAE.

Para Triches e Schneider (2010), o PNAE sugere um modelo de produção e alimentação voltados para a promoção da saúde, aproxima a produção dos pequenos produtores familiares e o consumo de alimentos, bem como, colabora para a reconexão da cadeia alimentar e para uma relação mais estreita entre o rural e o urbano. Ressaltando que no Brasil, ainda são escassos estudos que abordem o papel desse programa como política pública que contribua com a solução dos diversos problemas associados aos alimentos e ao meio ambiente.

2.3.4 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - PNATER

A Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR, fundada em 1948 em Minas Gerais, foi a primeira experiência brasileira direcionada para a introdução de novas técnicas de agricultura e economia doméstica, de incentivo à organização e de aproximação do conhecimento gerado nos centros de ensino e de pesquisa aos produtores rurais, naquele estado. Em seguida, outras ACARes surgiram nos demais estados.

Em 1956 foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, que tinha a atribuição de coordenar as ACARes, que eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros. Em 1974, com a estatização do serviço de extensão rural, a ABCAR foi extinta, e o trabalho de extensão passou a ser coordenado pela recém-criada Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER. Neste momento, sob a coordenação da EMBRATER, quase todas as instituições públicas estaduais

⁶ Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

⁷ Resolução/CD/FNDE Nº 4, de 2 abril de 2015 - Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

passaram a ser denominadas como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER. Em 1990, no Governo Collor, a EMBRATER foi extinta e a coordenação do Sistema passou para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. E, em seguida, foi repassada para a Associação Brasileira das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER e, recentemente, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi regulamentado pelo Decreto Nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000⁸, depois revogado pelo Decreto Nº 4.723, de 06 de junho de 2003⁹, que manteve o nome do ministério e definiu suas competências. Compete a este ministério a reforma agrária; a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Com tantas políticas públicas para agricultura familiar, o governo, visando fortalecer o setor, transferiu do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a responsabilidade pelas políticas e ações de assistência técnica e extensão rural. Naquele momento, a tendência era a desestruturação dos serviços de ATER em todos os estados do país. Essa mudança dentre outras ações, conseguiu reverter esse cenário com mais investimentos, contratação de pessoal e reestruturação dos serviços ofertados.

A Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010¹⁰, instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, e representou uma mudança no marco legal, permitindo o avanço na qualificação e na focalização dos serviços de ATER. Dos princípios da PNATER, podemos ressaltar a

⁸ Decreto Nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências.

⁹ Decreto Nº 4.723, de 06 de junho de 2003 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências.

¹⁰ Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

necessidade de assegurar, com exclusividade, aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e de aquicultura, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, assim como o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar. Para tanto, propõe uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia.

Em 2014, o Decreto Nº 8.252, de 26 de maio de 2014¹¹ institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER, o qual tem dentre suas atribuições na área de assistência técnica e extensão rural: acreditar entidades de prestação de serviço; credenciar entidades públicas e privadas; qualificar profissionais; contratar e disponibilizar serviços; transferir tecnologia e inovações; monitorar e avaliar resultados, e tem como principal objetivo qualificar e ampliar os serviços de ATER no Brasil.

2.3.5 POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA – PNAPO

Desde 2003, a temática da agroecologia foi institucionalizada no governo federal com a incorporação de seus princípios, nas diretrizes e nos objetivos da PNATER. Um grande esforço tem sido então realizado para a capacitação e intercâmbio de informações, qualificando um conjunto significativo de extensionistas para atuarem com o enfoque agroecológico.

Mais recentemente, com o Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012¹², que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, e buscou avançar na institucionalização dos princípios da agroecologia para a ação integrada de diferentes programas governamentais relacionados com essa temática. Desta forma, a PNAPO foi

¹¹ Decreto Nº 8.252, de 26 de maio de 2014 - Institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER.

¹² Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 - Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

estabelecida com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. Com o lançamento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, o governo brasileiro assumiu o compromisso com a ampliação e efetivação de ações que promovam o desenvolvimento rural sustentável, impulsionado pelas crescentes preocupações das organizações sociais do campo e da floresta, e da sociedade em geral, a respeito da necessidade de se produzir alimentos saudáveis conservando os recursos naturais.

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO – Plano Brasil Agroecológico Biênio 2013-2015, garantido na PNAPO, foi elaborado com ampla participação da sociedade civil, e estabelecido com o objetivo de implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica.

As principais metas e iniciativas do Plano Brasil Agroecológico foram desde então destinadas a fortalecer as redes de produção, aumentar a oferta de ATER com foco em práticas agroecológicas; ampliar o acesso à água e a sementes, fortalecer as compras governamentais de produtos e ampliar o acesso ao consumidor de alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos ou transgênicos na produção agrícola, fortalecendo assim, economicamente as famílias agricultoras.

3 METODOLOGIA

A técnica metodológica utilizada no desenvolvimento desse trabalho foi à análise documental e revisão bibliográfica, e do estudo de caso realizado com base em entrevista estruturada aplicada aos agricultores familiares do distrito de Cocais, Barão de Cocais (MG). O princípio desta metodologia é elaborar uma entrevista estruturada, porém informal, a partir de um roteiro de questões previamente elaboradas com tópicos (Anexo A), a fim de obter as informações desejadas. Ao longo da entrevista, outras questões puderam ser consideradas, mesmo que não definidas anteriormente. Foi também possível comparar e completar com informações secundárias, obtidas por outros meios, como por exemplo, observações realizadas durante as visitas nas propriedades.

O objetivo foi obter dados gerais e específicos referentes às famílias dos agricultores e sua forma de trabalho e produção, considerando as políticas públicas para o setor rural, frente à realidade vivida pelos agricultores familiares do distrito de Cocais, inseridos num contexto de pressão e disputa por mão de obra com a atividade da mineração, principal atividade econômica do município. Também foi avaliado como essas políticas públicas interferem para o fortalecimento da agricultura familiar.

Neste trabalho foram selecionadas 20 famílias escolhidas dentro do universo de agricultores familiares do distrito de Cocais, atendidas pela equipe local do escritório da EMATER-MG de Barão de Cocais (MG). Estas famílias têm demonstrado interesse em produzir alimentos agroecológicos certificados, objetivando oferecer a produção certificada nos mercados institucionais. A participação efetiva nas ações de desenvolvimento local e sustentável também determinou a escolha deles para compor este estudo de caso.

A pesquisa foi realizada entre março a outubro de 2015, e representou um momento de aproximação e fortalecimento dos laços afetivos entre os agricultores familiares e a entrevistadora onde a troca de informações pessoais e ambientais fluiu sem problemas. A duração média de cada entrevista foi de 45 minutos. As entrevistas foram realizadas em momentos que não interferissem nas atividades rotineiras dos agricultores. Inicialmente era apresentado ao entrevistado o objetivo da pesquisa, solicitando-o em seguida sua colaboração para responder as questões. A boa receptividade dos agricultores facilitou a coleta dos dados, que aconteceu em clima de informalidade. O roteiro foi aplicado individualmente como forma

de buscar a diversidade de opiniões e percepções sobre as políticas públicas sem, contudo, sofrer a influência de terceiros. As anotações foram feitas durante e/ou logo após a entrevista. Vale ressaltar que essa metodologia não tem a pretensão de esgotar o assunto e se vale de dados obtidos de outras formas para complementar o estudo.

Todos os dados obtidos subsidiaram a discussão sobre o efeito das políticas públicas no estudo de caso sobre o fortalecimento da agricultura familiar de Cocais, Barão de Cocais (MG), geração de renda, ocupação e qualidade de vida dos agricultores familiares.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 HISTÓRICO DE BARÃO DE COCAIS

A história do município de Barão de Cocais (MG) está diretamente relacionada à mineração desde o período colonial em Minas Gerais. Conforme Campos e Faria (2005), “A colonização e a história das Minas Colonial encontram raízes nas iniciativas dos numerosos desbravadores do seu território, que devassaram extensas áreas em busca de ouro, prata e pedras preciosas”. Divulgada a descoberta das minas de ouro, uma verdadeira corrida do ouro ocorreu na região que daria origem a Comarca de Mariana da qual surgiria o município de Barão de Cocais, no início do século XVIII. Bandeirantes procedentes do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia foram atraídos pela riqueza mineral da região, ocuparam-na sem resistência por não haver índios.

Como relata Campos e Faria (2005), na tentativa de manter o controle da extração do ouro, evitando o contrabando e forçando a arrecadação de imposto estabelecido como um quinto da produção, a Coroa Portuguesa providenciou a abertura de um caminho com postos de fiscalização. Este caminho, hoje denominado de Estrada Real (Figura 1), era composto por 4 caminhos oficiais: Caminho Velho, que ligava as minas ao Rio de Janeiro com um trecho pelo mar entre Paraty e o Rio de Janeiro; Caminho Novo, ligando as minas ao Rio de Janeiro via terrestre; Caminho da Bahia, que margeava o Rio das Velhas e o São Francisco; e o Caminho do Diamante, que ligava Diamantina a Ouro Preto. O abastecimento de gêneros alimentícios aos viajantes, ao longo do caminho, foi incentivado pela criação de roças, pontos de venda e estalagens. Porém, a região das minas não produzia o suficiente para atender as necessidades da população que viveu períodos de fome. Assim, de forma complementar, o abastecimento da região era dependente de comerciantes de outras capitâneas.

Um rápido e intenso povoamento ocorreu, reunindo ambiciosos e aventureiros. Em 1711, foram criadas as primeiras vilas, dentre elas, a de Mariana. A criação das vilas foi mais uma tentativa política e fiscal da Coroa para melhor controlar a população e assegurar o pagamento dos impostos. Campos e Faria (2005) descrevem a mineração, como atividade principal, ditou o ritmo da vida das populações mineiras, que se dedicaram à extração do ouro e pedras preciosas, bem como a outras atividades complementares e subsidiárias à mineração.

A Coroa Portuguesa providenciou uma legislação que regulamentasse as formas de controle da mineração e de toda a riqueza produzida por ela.

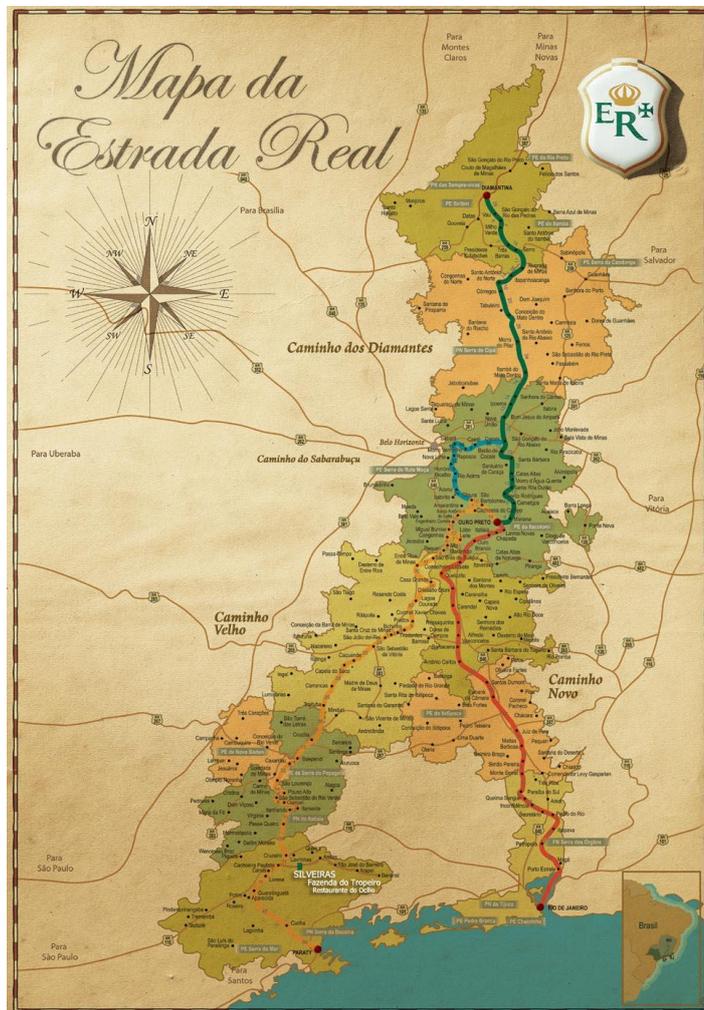


Figura 1. A Estrada Real e seus vários caminhos.
Fonte: Instituto Estrada Real, 2007.

Técnicas rudimentares de extração mineral comprometeram os leitos dos rios e córregos que foram assoreados ainda no século XVIII. “Sabará, Mariana, Santa Bárbara, Cocais e outras áreas de mineração de ouro também apresentaram o mesmo problema. Na região dos diamantes não foi diferente, segundo relatou Saint-Hilaire, viajante que visitou o Brasil no século XIX: atulhavam o leito dos riachos com resíduos das lavagens pois, para achar o cascalho, era preciso remover espessa camada de areia e pedras (Martins 1993-1994, p.110).

Em pouco tempo a região das minas sofreu com problemas sociais, populacionais e de abastecimento. A pequena produção de gêneros alimentícios visava preferencialmente à subsistência. Os produtos mais cobiçados eram: farinha, trigo, carne, aguardente, tabaco, tecidos e calçados, e até mercadorias importadas como sal, armas e azeite. Devido à necessidade e com a abertura dos caminhos da estrada real, iniciou-se o movimento dos tropeiros. Cocais ficou conhecida como ponto de parada dos tropeiros, que percorriam o caminho da Estrada Real, desde o Caminho dos Diamantes, ligando Diamantina ao Rio de Janeiro. Era por esta estrada que o ouro das minas percorria até o porto, e era embarcado para Portugal. Na volta, os tropeiros traziam uma variedade enorme de produtos que eram comercializados no interior. O constante movimento, o ir e vir das tropas, viabilizou o comércio e também contribuiu para a ocupação do interior das Gerais, surgindo assim as vilas, que eram aglomerados populacionais que tinham uma economia quase autossuficiente. Ao redor das vilas se instalaram as pessoas que tinham habilidades para trabalhar a terra, e produzir alimentos; principalmente em roças de milho, feijão, mandioca, algumas hortaliças, e árvores frutíferas. Posteriormente, no final do século XVIII, foram formados os núcleos de criação de gado leiteiro, dando início à produção do queijo Minas artesanal.

Saint-Hilaire (1817, p.94) descreve em detalhes a beleza da região Cocais:

“Havia muito tempo não gozava de vista tão agradável quanto a que me ofereceu a aldeia de Cocais, observada das montanhas opostas. Ela é construída ao mesmo tempo sobre o topo e sobre o flanco de uma colina que se eleva ao pé da serra. Esta, desenvolvendo-se atrás da aldeia, forma uma espécie de hemicírculo³ que apresenta grandes espaços cobertos de florestas sombrias, outros simplesmente revestidos de gramados e, aqui e acolá rochas de cor enegrecida. À direita, percebe-se, em grotas, duas grandes jazidas onde a terra se apresenta desprovida de vegetação e ao redor das quais se acham esparsas numerosas casas de negros. A colina onde se acha a aldeia, termina por uma larga plataforma, à frente da qual foi construída a igreja. Ao redor desta foram plantadas palmeiras cujos caules eretos e a folhagem leve contrastam de modo notável com as formas das árvores cerradas e copadas da serra, enquanto que a brancura das paredes da igreja faz ressaltar o verde sombrio dessas árvores. As casas que se estendem pelo flanco da colina, pequenas e baixas, são separadas umas das outras por grupos de bananeiras, cafeeiros e laranjeiras, de tal modo densas que em parte nenhuma deixam perceber o solo.”

Saint-Hilaire fala também da riqueza mineral do local, “Dizem que o ferro de Cocais é de muito boa qualidade”.

Cocais ficou conhecida como ponto de parada dos tropeiros, que foram os principais agentes de abastecimento, trazendo uma variedade enorme de produtos que eram

4.1.1 O DISTRITO DE COCAIS

Cocais tem 312 anos, foi fundado no dia 26 de julho de 1703, pelos bandeirantes portugueses Antônio Furtado Leite e João Furtado Leite. Cocais é distrito do município de Barão de Cocais (MG), que está localizado na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte (Figura 3), e na Microrregião de Itabira, (Figura 4). O município de Barão de Cocais está incluso na região mineraria denominada Quadrilátero Ferrífero. Os patrimônios naturais (cachoeiras e serras); arqueológicos (pinturas rupestres); e arquitetônicos (ladeiras de calçamento “pé de moleque”, casarios e igrejas do século XVIII), completam o cenário de Cocais, sinalizando possibilidades de serviços não agrícolas para o agricultor familiar.

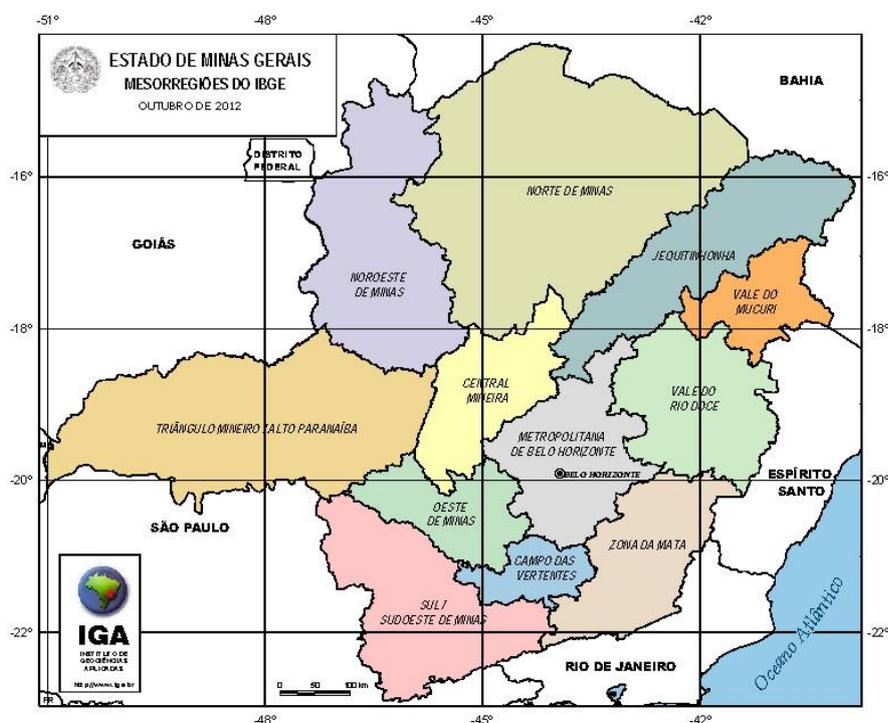


Figura 3. Mesorregiões do Estado de Minas Gerais.
Fonte: IBGE, 2012.

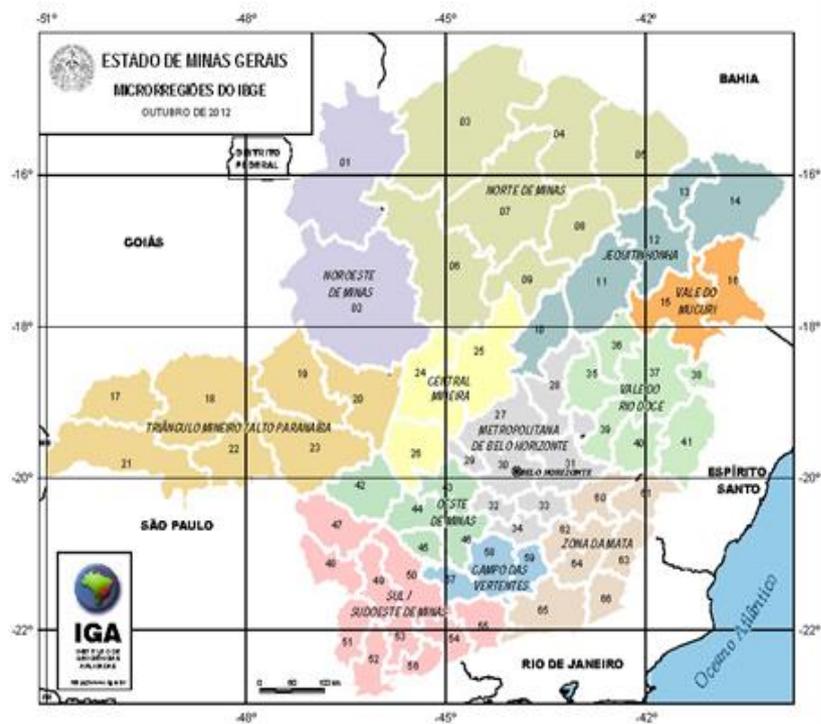


Figura 4. Microrregiões do Estado de Minas Gerais.
Fonte: IBGE, 2012.

A atividade mineradora é a principal fonte de renda do município de Barão de Cocais (MG). A exploração de minérios tem como característica a dificuldade em estabelecer ligação com dinâmicas econômicas locais e regionais. Chega a exercer, na realidade, uma força capaz de fazer com que os investimentos na região girem, quase que exclusivamente, em torno desta atividade. Desta forma, os agricultores familiares de Cocais apresentam uma mobilidade no que se refere à ocupação, ocorrendo frequente migração de mão de obra da atividade agrícola para a mineração e suas atividades de suporte.

A população rural de Barão de Cocais (MG) corresponde a aproximadamente 10% da população total do município. O distrito de Cocais concentra 8,85% da população do município (Quadro 1).

Quadro 1. Dados demográficos e territoriais do município de Barão de Cocais (MG).

População de acordo com o censo de 2010	28.442
População estimada em 2013	30.501
População urbana estimada em 2013	27.451
População rural estimada em 2013	3.050
Área territorial (Km ²)	340,601
Densidade demográfica (habitantes/Km ²)	83,51

Fonte: Adaptação dos dados do IBGE, 2013.

Os agricultores familiares desenvolvem a produção de hortaliças, pecuária leiteira e plantio de culturas perenes, eucalipto e fruteiras. É uma região que já teve muita expressividade, no que se refere à produção agrícola municipal. Os agricultores mais velhos relembram a época em que abasteciam a sede com seus produtos, isso muito antes do asfalto chegar. Existe um laticínio que compra boa parte do leite produzido na região, que é pasteurizado ou industrializado na forma de queijo, iogurte e doce de leite.

A região de Cocais almeja hoje o título de *Terra da Quitanda*, em face à diversidade de quitandas, assadas em forno a lenha, produzidas na região, uma herança dos seus primeiros moradores. Na cozinha mineira, quitanda quer dizer tudo aquilo, excetuando-se o pão, que se serve com o café: bolos, biscoitos, sequilhos, broas, sonhos, brevidades, e também doces, feitos com produtos vindos dos quintais: doce de leite, goiabada cascão e compotas de frutas. A região guarda os primórdios da cozinha mineira e do modo de ser do mineiro. A culinária marca a identidade da região, e da população que nela vive.

Os agricultores familiares de Cocais têm acessado, desde 2006 a partir da abertura do escritório local da EMATER-MG, algumas políticas públicas. Com a ATER pública e gratuita, o público rural passa a conhecer e acessar os serviços de apoio e estímulo à produção agropecuária de forma continuada, os processos de gestão, de produção, de beneficiamento e de comercialização. O acesso às linhas de crédito do PRONAF, por meio de elaboração de projetos técnicos, têm possibilitado a geração de renda e ocupação da população rural. Com melhor aproveitamento da mão de obra familiar, nas atividades e serviços agropecuários e não agropecuários.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), promove o acesso a alimentação diversificada para populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Desde 2009, 30% do recurso destinado à alimentação deve ser empregado para compra de alimentos da agricultura familiar. Todas as políticas públicas citadas são convergentes e pretendem criar condições para que a população rural reduza sua mobilidade,

permanecendo por mais tempo na zona rural com qualidade. Elas podem ser utilizadas como estratégias para apoiar ações produtivas e não produtivas, de forma que as unidades de produção dos agricultores familiares tenham suas atividades fortalecidas, e consigam se manter economicamente.

A pluriatividade é uma característica da agricultura familiar que contribui sobremaneira para que a população rural permaneça no campo. Isto ocorre especialmente em espaços como o do distrito de Cocais, onde a mineração tem forte apelo para drenar mão de obra do campo, ao trazer consigo uma mensagem distorcida de desenvolvimento e crescimento econômico para os agricultores familiares, que abandonam suas atividades, atraídos por possíveis melhorias nas condições de vida. Assim, nesses espaços, apoiar à agricultura familiar na perspectiva do desenvolvimento local é fundamental, considerando os aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais na busca de soluções não excludentes.

4.1.2 ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO DE CASO NO DISTRITO DE COCAIS, MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS (MG).

O papel das políticas públicas, em especial para o fortalecimento da agricultura familiar, deve aumentar as possibilidades de infraestrutura, de assistência técnica, de crédito, dentre outras. As políticas públicas devem considerar a capacidade dos agricultores familiares de gerar emprego, ocupação e renda, e uma das estratégias para isso pode ser a inserção nos mercados locais. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, o fortalecimento e valorização da agricultura familiar depende de um conjunto de fatores econômico, social, político e cultural que necessita ser implementado na exploração das unidades produtivas de base familiar.

Os resultados obtidos com o levantamento dos dados representam a realidade vivenciada pelos agricultores familiares com a interface das políticas públicas. Verificou-se que 50% dos agricultores entrevistados trabalhavam em unidades de produção com área entre 1 a 10 hectares, representado na (Figura 5). No município de Barão de Cocais o módulo fiscal é de 20 hectares e, para o enquadramento ao PRONAF, o máximo são quatro (não sei quem inventou a regra, mas o que aprendi é que até dez escreve com letras, de 11 em diante escreve

com algarismos) módulos. Isso determina que, na região de estudo, o limite de área seja 80 hectares. Como a área das unidades de produção dos entrevistados foi identificada como abaixo desse limite, de acordo com este critério todos foram considerados agricultores familiares.

A posse da terra no distrito de Cocais tem sua principal origem na herança, o que determinou que as propriedades fossem, com raras exceções, historicamente parceladas entre herdeiros. Em alguns casos, ocorreu a compra de pequenas áreas que foram anexadas às propriedades. É comum ocorrer à divisão da propriedade com os proprietários ainda em vida, que passam a utilizar a área em usufruto, e em parceria com os herdeiros.

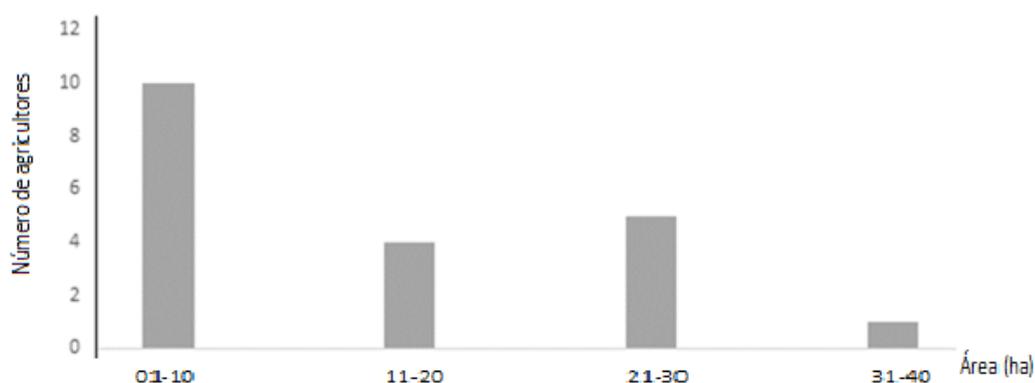


Figura 5. Tamanho das propriedades no distrito de Cocais – Barão de Cocais (MG).
Fonte: Dados da pesquisa.

Camarano e Abramovay (1999) questionam até que ponto o meio rural pode ser um espaço propício para a construção da cidadania e de condições de vida capazes de promover a integração econômica e a emancipação social das populações que aí vivem. Os agricultores familiares, ao serem questionados, relataram as políticas públicas mais recentes a que tiveram acesso. É possível verificar, pela Figura 6, que as mais acessadas foram as políticas públicas federais: PRONAF, PNAE, PAA, e Luz Para Todos. Dentre as políticas estaduais foi citada apenas o Programa Minas Sem Fome (MSF), que tem o objetivo estratégico de buscar a segurança alimentar e nutricional, com redução da pobreza, resgate da cidadania e inclusão produtiva. A ATER como política pública foi citada apenas por um dos entrevistados, porém como ele disse: “(...), *mas essa não conta, a EMATER é nossa!*”. No entendimento dele, as políticas públicas são do governo federal e se apresentam distantes, necessitando de um

interlocutor, no caso os técnicos da EMATER-MG, que são com quem mantêm relação de confiança, e proximidade. Todos entrevistados relataram que percebem a ATER como divulgadora e executora das políticas públicas para a agricultura familiar.

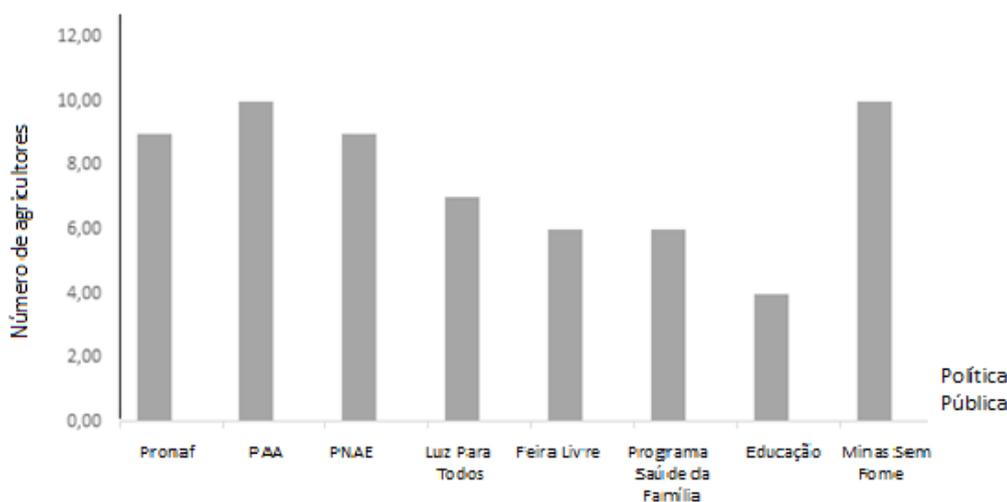


Figura 6 – Políticas públicas mais acessadas pelos agricultores familiares entrevistados no distrito de Cocais – Barão de Cocais (MG).
Fonte: Dados da pesquisa.

A renda gerada na comercialização dos produtos através do PAA, e PNAE, bem como nas feiras era, de acordo com os entrevistados, utilizada para investimentos e custeios da produção, segurança alimentar e nutricional da família, aumento do patrimônio familiar e pagamentos dos projetos do PRONAF.

A renda mensal dos agricultores apurada na entrevista foi de: até um salário mínimo para 10% dos entrevistados; até dois salários mínimos para outros 30%; até três salários para 20%; até quatro salários para 20%; e até seis salários para os 20% restantes. Todos afirmaram que tiveram aumento da renda a partir da participação nas políticas públicas de comercialização (PAA e PNAE). A renda oriunda destes programas foi utilizada, principalmente, para o custeio e investimento na unidade de produção, bem como na melhoria da qualidade de vida da família.

Verificou-se ainda junto aos entrevistados que, para todos eles, o ganho além de financeiro foi também social, tendo contribuído para elevação da autoestima deles. Os agricultores familiares se sentiram estimulados a produzir, ao se sentirem valorizados na função de produtores de alimentos. Em decorrência do envolvimento nesse processo,

passaram a participar também de feiras livres, feiras da agricultura familiar, exposições locais, regionais, estaduais e nacionais. Uma agricultora entrevistada relatou que ela e seus familiares passaram a ter prazer em produzir para vender, pois começou a perceber que o produto da roça tem valor. Essa mudança aconteceu com a venda direta, onde se estabelece uma relação de confiança, aproximando os agricultores familiares dos consumidores.

De acordo com Mendes e Guedes (2010), “A agricultura familiar, se devidamente apoiada por políticas públicas e ancorada em iniciativas locais, pode se transformar em grande potencializador de um desenvolvimento regional descentralizado voltado para a perspectiva da sustentabilidade”. Isto, principalmente no caso de se buscar conhecer as potencialidades locais naturais e culturais, de forma a associar a agricultura com outras atividades, de forma que o conjunto contribua para promover o desenvolvimento sustentável local.

De acordo com Gliessman (2000), os princípios agroecológicos podem nortear o processo de transformação para a agroecologia, que deve buscar a mudança de um manejo de nutrientes cujo fluxo deve se basear na reciclagem de nutrientes, com uma crescente dependência em relação a processos naturais. Dentre esses processos naturais, podem ser citados como exemplos a fixação biológica do nitrogênio e as relações com fungos micorrízicos; utilização de fontes renováveis de energia, em vez das não renováveis; e eliminação do uso de insumos sintéticos não renováveis oriundos de fora da unidade produtiva, que podem potencialmente causar danos ao ambiente ou à saúde dos agricultores e consumidores. Assim, não esquecendo as dimensões sociais e culturais, as práticas agroecológicas demandam um entendimento mais amplo do caminho a ser seguido, e de uma compreensão das interações complexas do agroecossistemas.

A transição agroecológica é entendida como um processo, ao mesmo tempo, social e técnico que articula múltiplos atores, mercados, tecnologias, instituições e formas de conhecimento. Busca construir um manejo novo, cheio de especificidades, uma agricultura com características locais, onde o agricultor se relaciona de forma profunda e diferenciada com os agroecossistemas.

Apesar de não estarem inseridos em processo de transição agroecológica, os agricultores familiares de Cocais que foram entrevistados relataram práticas de base agroecológica que utilizavam na produção agropecuária. Essas práticas fazem parte das ações de desenvolvimento local sustentável promovidas pela EMATER-MG. Em consequência,

atividades esquecidas, como o mutirão, vêm ressurgindo no distrito de Cocais, ainda que modestamente. Apesar de não ter sido relatado nas entrevistas, tais atividades foram identificadas pela autora, enquanto extensionista da EMATER-MG atuando na região. A troca de serviço no mutirão ocorre motivada pela escassez de mão de obra nas unidades produtivas. A utilização de práticas inovadoras na região, bem como o resgate e valorização de práticas tradicionais, tem norteado o trabalho de ATER da EMATER-MG, com ênfase nos aspectos culturais. As práticas mais utilizadas pelos agricultores foram o uso de esterco, a rotação de culturas e o pousio, conforme a Figura 7. As demais práticas eram utilizadas de acordo com o nível tecnológico do produtor e a disponibilidade de mão de obra.

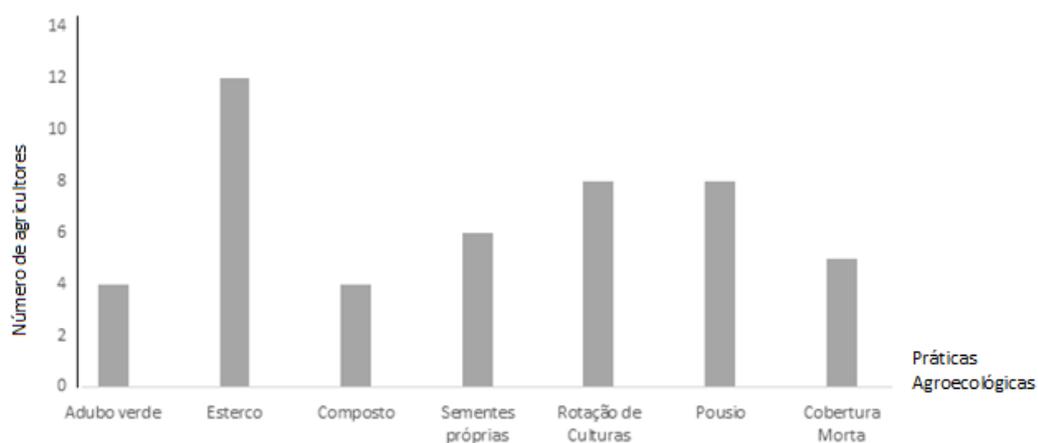


Figura 7. Práticas agroecológicas utilizadas pelos agricultores familiares entrevistados no distrito de Cocais – Barão de Cocais (MG).
Fonte: Dados da pesquisa.

A dinâmica populacional do rural brasileiro tem sido marcada pela drástica diminuição de sua população, principalmente nos últimos 50 anos. Atualmente, em percentuais absolutos, essa diminuição perdeu a intensidade, entretanto, ainda continua presente, e mantém-se acentuada em algumas regiões. Todavia, conforme afirmam Camarano e Abramovay (1999), atualmente no país o êxodo rural apresenta-se revestido de duas novas formas: a masculinização e o envelhecimento da população rural.

Em Cocais, o que se observou neste trabalho, em que a idade média dos entrevistados era de 55 anos, foi o envelhecimento acentuado da população rural, com baixa sucessão familiar. Levantamento realizado pelo Programa de Saúde da Família – PSF Cocais

identificou 2699 indivíduos moradores do distrito, por faixa etária e por sexo. É possível verificar que existe um equilíbrio entre o número de indivíduos do sexo masculino e feminino por faixa etária. A Tabela 2 apresenta uma população com mais de 50 anos, de 694 indivíduos, 52% menor que a população em fase produtiva entre 16 a 49 anos, de 1449 indivíduos. No entanto, essa população em fase produtiva em sua maioria está desenvolvendo atividades econômicas, que não estão relacionadas com o meio rural.

A masculinização do êxodo também se confirmou neste trabalho, constatando a existência de uma tendência de saída dos homens para outras atividades fora da unidade produtiva, muitas vezes ligadas diretamente com a atividade minerária. Dos entrevistados, 70% eram do sexo feminino, e desenvolvem a atividade da agricultura reforçando a importante participação da mulher na produção de alimentos e garantia da segurança alimentar e nutricional.

Tabela 2. População do distrito de Cocais, Barão de Cocais (MG), de acordo com a faixa etária.

Faixa etária (anos)	Número de indivíduos por sexo		Total
	masculino	feminino	
0 a 15	287	269	556
16 a 49	714	735	1449
≥ 50	352	342	694
Geral	1353	1346	2699

Fonte: Adaptado do Programa de Saúde da Família do Distrito de Cocais/Unidade Básica de Saúde, 2014.

Verificou-se junto aos entrevistados um baixo índice de escolaridade, 35% tinham o ensino fundamental I incompleto, e 37% tinham o ensino fundamental I completo, totalizando 72% que não têm o ensino médio. Esses dados estão próximos do que se observa do Censo 2010, do IBGE, pelo qual, quase metade, 49,25% da população brasileira, com 25 anos ou mais não têm o ensino fundamental completo. O índice é mais alto em áreas rurais, onde 79,6% dos brasileiros nessa faixa etária não terminaram o ensino fundamental.

As principais atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares entrevistados em percentual 72% produção vegetal, 50% beneficiamento dos produtos e 40% produção animal.

Fora da unidade produtiva as principais atividades desenvolvidas pelos familiares dos entrevistados eram: mineração (70%), outras atividades¹³ (20%) e comércio (10%).

Dentre os 20 entrevistados, nove relataram que, familiares retornaram para a atividade agrícola vindos de outros setores da economia nos últimos 10 anos, acrescentando ainda que as melhores condições de vida e oportunidades advindas das políticas públicas de comercialização para o meio rural contribuíram para esse retorno.

A mineração na região é uma atividade que atrai muitas pessoas, principalmente jovens. Isso, devido à importância econômica da mineração para o município de Barão de Cocais, onde, como em outros municípios de Minas Gerais esta atividade tem forte peso econômico¹⁴, onde é possível observar a frequente mobilidade da mão de obra da agricultura familiar para a mineração.

Para Wanderley (2010), na maioria dos espaços rurais brasileiros, que são definidos como espaços no entorno das cidades, pouco urbanizados, raros são os bens e serviços disponíveis, bem como de ofertas de trabalho no próprio lugar de residência.

A maior dificuldade na condução da unidade produtiva relatada por 78% dos entrevistados foi à baixa oferta de mão de obra no meio rural aliada ao envelhecimento da população. Em seguida, as questões decorrentes das mudanças climáticas, como a escassez de água e mudança do comportamento das estações, apareceram em 69% dos relatos, como fator a ser enfrentado pela população rural na continuidade das atividades produtivas em suas unidades de produção. Outras dificuldades foram relatadas, como a preocupação com segurança pública (45%), a baixa cobertura da telefonia rural (27%), a baixo alcance do sistema de saúde (20%), a ausência da eletrificação rural (15%), e o infraestrutura das estradas rurais (15%).

¹³ Construção civil, prestação de serviços domésticos e outros.

¹⁴ De acordo com o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais – ZEE-MG, os dez municípios com maior valor da produção mineral são: Itabira, Nova Lima, Itabirito, Mariana, Brumadinho, Ouro Preto, Paracatu, Congonhas, Barão de Cocais e Tapira.

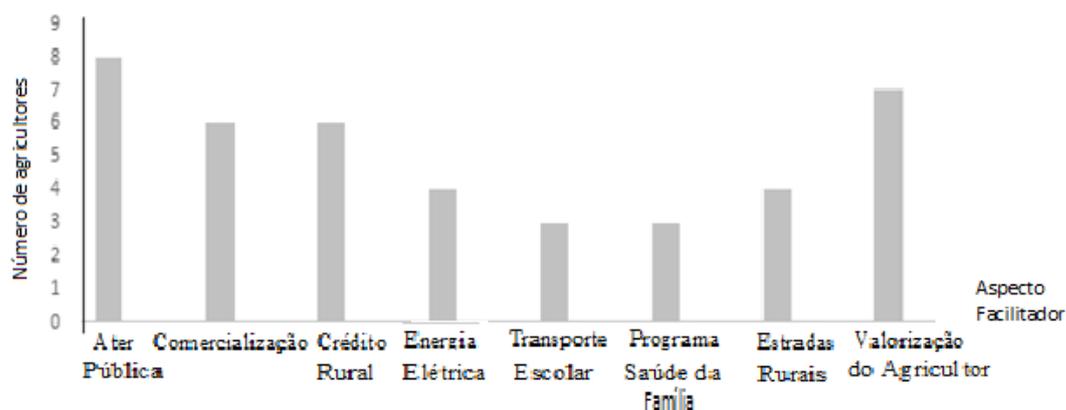


Figura 8. Aspectos facilitadores identificados pelos agricultores familiares entrevistados no distrito de Cocais – Barão de Cocais (MG).

Fonte: Dados da pesquisa.

Já os aspectos facilitadores na condução da unidade de produtiva, identificados na Figura 8, refletem diretamente como às políticas públicas, dos últimos 10 anos, tem contribuído para mudar as condições de vida dos agricultores familiares. De acordo com eles, as condições de qualidade de vida melhoraram, os acessos a recursos financeiros para investimento e custeio nas atividades rurais aumentaram, e tiveram seu acesso facilitado.

5 CONCLUSÕES

As políticas públicas avaliadas neste estudo influenciaram diretamente e positivamente a qualidade de vida dos agricultores familiares do distrito de Cocais, Barão de Cocais (MG). Elas têm atuado como mecanismo de fortalecimento da atividade agrícola, ainda que a mineração continue a atrair mão de obra na região. A pesquisa constatou que, nos últimos 10 anos, houve retorno de membros das famílias agricultoras para as unidades de produção. As políticas públicas implementadas na região apoiaram essa volta, proporcionando ocupação e geração de renda.

Em acréscimo, o estímulo que as diferentes políticas públicas promovidas na região têm representado para a participação, individualmente em pontos de venda direta, ou coletivamente para a ação em grupo acessando os mercados institucionais. Tudo isso têm proporcionado aos agricultores familiares a oportunidade de participação, e envolvimento de ações de construção de um processo participativo e justo de desenvolvimento promovendo o crescimento pessoal com resultados visíveis na capacidade de negociação, se expressando com mais clareza e segurança.

A assistência técnica e extensão rural pública e gratuita têm atuado no município de forma a promover o acesso as políticas públicas dos diferentes níveis: federal, estadual e municipal, fortalecendo os vínculos entre os agricultores, bem como suas formas associativas, contribuindo para resgatar práticas culturais e sociais que preservem a identidade dos agricultores familiares de Cocais e região.

A produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, em bases agroecológicas, agora tem espaço em diversos canais de comercialização, com destaque para circuitos curtos e mercados institucionais. Essa ampliação de espaços de comercialização estimulou os agricultores à diversificação produtiva de seus sistemas de produção, que na busca pela maior oferta de produtos para a comercialização, melhoraram a segurança alimentar e nutricional de suas famílias e do público atendido. No entanto ainda enfrentam os desafios do trabalho individual, na diversificação da produção, de acesso as políticas públicas, das relações com o mercado.

Os agricultores familiares demonstraram preocupações com a continuidade da atividade pelos descendentes, e com o retorno dos familiares para o meio rural, que promoveria o aumento da disponibilidade de mão de obra. A ampliação de novos canais de

comercialização; escassez da água; alto custo da energia elétrica; continuidade da ATER pública e gratuita, das políticas públicas efetivas para o meio rural, e por fim, a sucessão familiar com ações específicas de apoio aos jovens rurais também foram citadas. Acredita-se, no entanto, que novos serviços e produtos não agrícolas como: turismo rural, artesanato e pagamento por serviços ambientais, representam aspectos de valorização da multifuncionalidade no meio rural, que assim de forma integrada poderão representar novas receitas no espaço produtivo em questão, favorecendo a continuidade da agricultura familiar.

Neste novo tempo onde as políticas públicas buscam atender um público antes esquecido, a atividade da agricultura familiar ganha visibilidade na sociedade. Passando a atuar de forma decisiva e reconhecida na preservação da cultura, na segurança alimentar e nutricional, na soberania e autonomia da produção de alimentos, na preservação da biodiversidade, gerando e conservando riquezas naturais e culturais. Tudo isso reforçando a pluriatividade que pode ser desenvolvida no meio rural, com atividades agrícolas e não agrícolas agregando valores aos produtos e serviços da agricultura familiar. Os agricultores familiares de Cocais, despertaram para a possibilidade de uma agricultura diferenciada com manejo e práticas de bases agroecológicas, e que tem por princípio a valorização da vida e da construção compartilhada do conhecimento.

Finalizando, entende-se que, se houver continuidade das políticas públicas em curso, e o fortalecimento da ATER pública e gratuita para todos os agricultores familiares, haverá o aumento da ocupação, da geração de renda, oferta de alimentos saudáveis e sustentáveis, e o espaço rural será atrativo econômica e socialmente para um número maior de pessoas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. **Dados do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE – MG.** Disponível em www.zee.mg.gov.br/pdf/zoneamento_e_cenarios_exploratorios/8vulnerabilidade_natural_e_qualidade_ambiental_associadas_a_mineracao.pdf Acessado em 24/10/2015, as 17:12.

_____. **Lei Nº 11.947, 16 de junho de 2009.** Disponível em www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/LEI11947-3.pdf Acessado em 13/12/2015, as 17:14.

_____. **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Disponível em file:///C:/Documents%20and%20Settings/Prefeitura/Meus%20documentos/Downloads/i_res038_16072009_1.pdf Acessado em 21/09/2014 as 12:00.

_____. **Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm Acessado em 21/09/2014, as 10:50.

_____. **Mapas de Planejamento das Regiões do Estado de Minas Gerais, 2012.** Disponível em <http://www.mg.gov.br/governomg/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=69547&hPlc=69547&termos=s&app=governomg&tax=0&taxn=5922> Acessado em 17/09/2014, as 15:12.

ABRAMOVAY, R. **Desafios impostos pela volta do homem ao campo.** Artigo publicado na Gazeta Mercantil. São Paulo – SP, 2000. Disponível em <http://ricardoabramovay.com/desafios-impostos-pela-volta-do-homem-ao-campo/> Acessado em 06/01/2016, as 10:35.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2004.

_____. Anuário Mineral Brasileiro 2005. **Minas Gerais.** Disponível em www.dnpm.gov.br Acessado em 23/11/2014, as 17:50.

BANDEIRA, P. S. **Participação articulação dos atores social e desenvolvimento regional.** [S.l.:S.n], Brasília, DF. IPEA, 1999.

CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf Acessado em: 11/01/2016, as 09:31.

CAMPOS, H.G. FARIA, R. M. **História de Minas Gerais.** Editora Lê. Belo Horizonte, MG, 2005.

_____. Cartilha: **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR** – Disponível em

http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf Acessado em 18/05/2014 as 19:21.

CARVALHO, I. C.de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo, SP. Ed. Cortez, 2004.

CONTI, I. L. (org.), D'AVILA, C. R., et al. **Programa de aquisição de alimentos: uma inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional**. Passo Fundo, RS: IFIBE, 2010.

CUNHA, A. M. **Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007. Disponível em www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a06v5327.pdf Acessado em 17/01/2016, as 19:08.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre-RS.Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GÖRGEN OFM, F.S.A. **Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa**. 2ª ed., 2004.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar – Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, RJ, 2006. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf Acessado em 06/01/2016, as 10:00.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/> Acessado em 13/01/2016, as 10:50.

IBGE. **Dados demográficos e territoriais do município de Barão de Cocais-MG**. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=310540&search=infogr%E1ficos:-ia%E7%F5es-completas> Acessado em 08/05/2014 as 16:05.

MARCATTO, C. **Agricultura Sustentável: Conceitos e Princípios**. Disponível em www.redeambiente.org.br/Artigos.asp?id_dir=6 Acessado em 06/01/2016, as 17:00.

MARTINS, M.L – Artigo: **Mineração e Degradação Ambiental em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX** – LPH: Revista de História. Nº4, 1993-1994.

MENDES, F.C. GUEDES, C.A.M. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar no Brasil: uma avaliação**. ENAPEGS, Lavras, 2010.

_____. **A EMATER de Minas**. Disponível em www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas2&id=2#.VpQiUhUrLIU Acessado em 11/01/2016, as 19:50.

MOREIRA, C., et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e o Fome Zero**. Texto para discussão. Brasília: SESAN/MDS, 2010.

PAA/MDA. Disponível em www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa#sthash.BubmMIUA.dpuf. Acessado em 13/12/2015, as 17:00.

PNAE/MDA. Disponível em www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-ali/sobre-o-programa#sthash.s64k2Mdy.dpuf. Acessado em 13/12/2015, as 17:12.

PRONAF/MDA. Disponível em www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa#sthash.mzcOigFY.dpuf. Acessado em 13/12/2015, as 17:17.

PRONAF. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>. Acessado em 21/09/2014, as 11:40.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelo distrito dos diamantes e pelo litoral do Brasil.** Tradução Leonan de Azeredo Penna. Companhia Editora Nacional. Rio de Janeiro, RJ, 1941.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 4, p.933-945, out/dez, 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n4/19.pdf. Acessado em 04/01/2016.

WANDERLEY, M.N.B. **Meio rural: um lugar de vida e de trabalho.** Entrevista ao Fórum DRS, do IICA. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2169821555.pdf>. Acessado em 11/01/2016, as 09:53.

WANDERLEY, M.N.B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** IN. TEDESCO, J. (org.). *Agricultura Familiar, Realidades e Perspectivas*. 2ª ed. Passo Fundo, RS. Ed. UPF, 1999.

ANEXO

Roteiro de entrevistas aplicada aos agricultores familiares do distrito de Cocais, município de Barão de Cocais (MG).

Data de aplicação: / / 2015.

Nome da Propriedade:		Área:	ha
Localidade:			
Principal atividade:			
Nome entrevistado:			
Sexo:	Idade:	Escolaridade:	Estado civil:
Profissão:		Naturalidade:	
CPF:			
Há quanto tempo mora nesta propriedade?			
Quantos são os membros da família?		Todos trabalham na propriedade?	
Nome	Idade	Sexo	Profissão
Caso tenha algum membro da família que não trabalhe na propriedade, que tipo de atividade desenvolve.			
Qual a renda familiar?			
Como	é	composta	esta
aposentadoria		%;	da
fora da propriedade	%;	Outros:	renda: %;
Existe caso na família que algum membro tenha saído para trabalhar fora e depois tenha voltado nos últimos 10 anos?			
Em que atividade?			

Motivo da volta?	
Vocês tem empregados?	Em caso afirmativo, quantos?
Utilizam mecanização nas atividades?	
A propriedade foi dividida entre os herdeiros?	
O que melhorou na zona rural nos últimos 10 anos?	
O que piorou na zona rural nos últimos 10 anos?	
O que esperar do futuro na atividade rural?	

Qual a maior facilidade hoje na propriedade rural?
Qual a maior dificuldade na propriedade rural?
Quais as políticas públicas vocês têm acesso aqui na zona rural?
A família conhece o PNAE/ PAA? Participa do PNAE/PAA?
Caso participe, a renda obtida nestes programas favoreceu o retorno às atividades rurais de algum membro da família? A participação nestes programas incrementou a renda em quantos %?

A participação nestes programas alterou a rotina da propriedade em que aspectos: econômicos, diversificação da produção e da alimentação?
O recurso obtido nestes programas em que são utilizados?
Como você imagina a esta propriedade rural daqui há 50 anos?